

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 14/10/2015

- [74% dos municípios baianos registraram denúncias de violência contra crianças e adolescentes no primeiro semestre](#)
- [Aprendizagem é recurso para jovens em medida socioeducativa](#)
- [Investigação de paternidade pode se tornar mais rápida](#)
- [Comissão discute Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo](#)
- [CCJ aprova punição para pais que não tratem doença prejudicial ao feto](#)
- [Sonho vira realidade e Vara da Infância terá conservatório de música](#)
- [Pai suspeito de abusar sexualmente da filha é preso no Agreste de PE](#)
- [Programa Mãe Coruja ganha oficinas de empreendedorismo e acesso ao crédito](#)
- [EUA - mulher processa sobrinho de 8 anos por derrubá-la ao pular em seu colo](#)
- [Jovens usam humor e arte para transformar realidades em comunidades no Distrito Federal](#)
- [Operação da PF deixa quase 4 mil alunos sem aulas no Complexo da Maré](#)
- [Sem perspectivas, juventude palestina se lança na violência](#)
- [ONG norte-americana suspende reembolsos por doação de tecidos de fetos abortados](#)
- [Irmãos adolescentes envolvidos com drogas assassinados em Escada](#)
- [Em Santa Catarina, adolescente terá mãe, pai e padrasto na certidão de nascimento](#)
- [Estado adere à campanha para prevenir o desaparecimento de crianças e adolescentes](#)

Assunto: 74% dos municípios baianos registraram denúncias de violência contra crianças e adolescentes no primeiro semestre

Fonte: Promenino

Data: 14/10/2015

Promenino



Todos os dias, o Disque 100 recebe denúncias de agressão contra crianças e adolescentes na Bahia. Segundo dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foram registrados, de janeiro a julho, em Salvador, 1.453 denúncias, uma média de 7

por dia. No interior, no mesmo período, foram registrados 4.063 casos de violência – aproximadamente 19 por dia – via ligação gratuita ou pelo site.

As informações revelam ainda que 309 dos 417 municípios baianos (74%) registraram algum tipo de denúncia de violência contra crianças e adolescentes no primeiro semestre deste ano. Os casos mais recorrentes estão relacionados a negligência (514) e violência psicológica (344), física (337) ou sexual (204).

Localizada no bairro de Brotas, em Salvador, a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Contra a Criança e o Adolescente (Derca) – a única especializada no estado – registra, a cada ano, 4 mil denúncias de violência contra crianças em Salvador, a maioria com crianças de até 12 anos como vítimas, mas diz que poucos casos chegam à Justiça.

De acordo com a procuradora Márcia Guedes, coordenada do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca) do Ministério Público (MP), é difícil coletar provas de ações contra a criança. “Muitas vezes, o crime aconteceu num determinado período, mas o andamento do processo penal demora e tem situações em que a criança se torna adolescente e não quer mais falar sobre o que aconteceu.”

“Na maioria das vezes, acontece dentro da própria família”, afirma o juiz José Arnaldo Lemos, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Salvador, que nos últimos 9 meses, recebeu 65 processos de violência sexual, maus-tratos e lesão corporal. “Ninguém vai pedir uma providência, porque não quer expor seu filho ou a pessoa da sua família, com medo de que se sinta invadida na sua intimidade. Mas, na verdade, todo mundo deve dar queixa para ser apurado o que realmente aconteceu”, orienta. Para isso, acredita Lemos, é importante que na delegacia fique claro que tudo está sendo feito em benefício da criança e que o processo vai ocorrer em segredo de Justiça.

Assunto: Aprendizagem é recurso para jovens em medida socioeducativa

Fonte: Promenino

Data: 14/10/2015

Promenino

Entre os 55 mil inscritos no programa de aprendizagem do Ministério do Trabalho e do Emprego, 585 são adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), que atende o estado do Rio Grande do Sul.

Em entrevista, adolescentes da unidade onde ficam aqueles que cometeram os crimes mais graves relatam suas motivações. Um deles, que atualmente trabalha com limpeza e conservação das 8h às 12h na unidade e, em paralelo, participa de um curso de Ocupações Administrativas, diz que a aprendizagem pode ajudá-lo na procura de um emprego e a sensibilizar o judiciário para a sua mudança de comportamento.



Segundo o adolescente, é uma preparação para o mercado. "Ensinam ética, preconceito, renda salarial, comportamento com os funcionários, com o patrão. A se envolver com a rotina do trabalho", conta ele, que começou a trabalhar aos 13 anos, no mercado, para ajudar sua mãe. "Trabalhei por opção própria."

O socioeducador Alan Triunfo explica que o acervo de livros e os computadores novos à disposição dos jovens são peças importantes para assegurar uma preparação pertinente à sua realidade. Para a auditora do trabalho Denise Brambilla, responsável pelo setor de Aprendizagem do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul, os empregadores estão começando a entender a relevância desse ponto da legislação trabalhista. Para que o estado cumpra a quota de 5% prevista na lei, deveriam-se criar 97.500 vagas de aprendizes.

Assunto: Investigação de paternidade pode se tornar mais rápida

Fonte: Agência Senado

Data: 14/10/2015

SENADO FEDERAL



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em turno suplementar, nesta quarta-feira (14), um rito mais célere para as ações de investigações de paternidade. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 101/2007, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), estabelece que, em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial do cartório remeterá ao juiz, em até cinco dias, a certidão acompanhada das informações da mãe sobre o nome do pai.

O oficial que não cumprir essa determinação poderá ser responsabilizado criminalmente por injustificado retardamento ou omissão. A proposta altera a Lei 8.560/1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.

Substitutivo apresentado pelo relator, senador Benedito de Lira (PP-AL), determina ao juiz que ouça a mãe sobre a paternidade alegada e notifique o suposto pai, para que se manifeste. Se o suposto pai não atender a notificação no prazo de 30 dias, ou negar a paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público, para dar início à ação de investigação de paternidade.

A Lei 12.004/2009 já prevê a inversão do ônus da prova, que será obtida pela recusa do pretenso pai em se submeter ao exame de código genético (DNA). Ou seja, a recusa em fazer o exame gerará a presunção da paternidade, a ser analisada em conjunto com as demais provas.

Como foi aprovado em decisão terminativa, o projeto poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para sua votação em Plenário.

Assunto: Comissão discute Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Fonte: Agência Câmara

Data: 14/10/2015



A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realiza hoje, às 14 horas, audiência pública com objetivo de fazer uma avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituído pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

O autor do requerimento para a realização da audiência, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), afirma que pretende ouvir “experiências exitosas e também que permitam identificar deficiências estruturais, políticas, administrativas, culturais e econômicas que inviabilizam a correta aplicação e eficácia do ECA nas diferentes unidades da federação”.

Foram convidados:

- o secretário especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Rogério Sottili;
- o coordenador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) da Secretaria de Direitos Humanos, Cláudio Augusto Vieira;
- o juiz Federal Auxiliar da Corregedoria Regional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre (RS), Roger Raupp;
- a coordenadora do programa de proteção à criança do Unicef no Brasil, Casimira Bengé;
- as pesquisadoras do IPEA e autoras da nota técnica “O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal”, Enid Rocha e Raissa Menezes; e
- a conselheira e representante da Sociedade Civil junto ao Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) Miriam Maria dos Santos.

O debate ocorrerá no plenário 9 das comissões.

Assunto: CCJ aprova punição para pais que não tratem doença prejudicial ao feto

Fonte: Agência Câmara

Data: 14/10/2015



Proposta segue para análise do Plenário da Câmara.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (13), proposta que torna crime a recusa, por parte dos pais, de submeterem-se a tratamento médico que evite a transmissão de doença infecciosa ao feto. Essa tipificação criminal, hoje inexistente, passaria a ser prevista no Código Penal (Decreto-lei 2.848/40).

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Jefferson Campos (PSD-SP), ao Projeto de Lei 1019/11, do deputado Mandetta (DEM-MS). O texto original previa pena de um a três anos de detenção para quem descumprisse a medida. No substitutivo, a pena foi reduzida para detenção de três meses a um ano, com possibilidade de aplicação de pena restritiva de direitos ou multa.



Jefferson Campos: proposta pode reduzir incidência de sífilis congênita

Entre as penas restritivas de direito está a obrigatoriedade de os genitores comprovarem que passaram a cumprir o tratamento médico prescrito.

Sífilis

Jefferson Campos defendeu a constitucionalidade da matéria e afirmou que a proposta atende às recomendações da Sociedade Brasileira de Infectologia e do Protocolo para a Prevenção de Transmissão Vertical de HIV e Sífilis do Ministério da Saúde. “A sífilis, por exemplo, é uma doença sexualmente transmissível que pode ser controlada com sucesso por meio de ações saúde pública de baixo custo”, disse o relator.

Voto em separado



Aguinaldo Ribeiro apresentou voto em separado. Para ele, o projeto é inconstitucional

Já o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou voto em separado contrário ao projeto. “A inconstitucionalidade é flagrante porque não há como obrigar alguém a se submeter a qualquer tipo de tratamento médico sem violar o princípio da intimidade e da incolumidade pessoal”, argumentou. O deputado Luiz Couto (PT-PB) acompanhou o voto contrário.

Assunto: Sonho vira realidade e Vara da Infância terá conservatório de música

Fonte: CNJ

Data: 14/10/2015



A comarca de Imperatriz ganha, dentro dos próximos meses, um conservatório de música que promete mudar a rotina de crianças e adolescentes do município e da região, em especial daqueles assistidos pela Vara da Infância e da Juventude da comarca, que tem no titular, o juiz Delvan Tavares, o idealizador do projeto. Na última terça-feira (6/10), o sonho do magistrado começou a ganhar forma com a assinatura da ordem de serviço por parte da Vara da Infância, Ministério Público do Trabalho,

Prefeitura de Imperatriz e Eletrobrás/Eletronorte para a construção do conservatório e o consequente início da obra.

Com capacidade para 150 crianças e adolescentes, a obra é fruto de um termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Eletrobrás/Eletronorte e tem valor estimado em R\$ 800 mil. Com área de 798m², o prédio, no bairro Santa Rita, contará com cinco salas de aula, auditório, palco, camarins, cabide de som, cozinha, lavanderia e banheiros, entre outros. A previsão para o término da obra é de seis meses.

Credibilidade - Foi graças ao trabalho da vara e à consequente credibilidade conquistada que o sonho do juiz Delvan Tavares foi concretizado. “Tudo começou com uma conversa com o procurador do Trabalho Ítalo Rodrigues, com quem a vara já tinha algumas parcerias”, lembra o juiz, citando, entre outras iniciativas, a aquisição de uma van para as inspeções da unidade e de equipamento de som, o projeto Cidadania nas Escolas e a reforma do Promana (instituição para acolhimento de menores). O magistrado falou sobre a ideia de dotar a cidade de uma escola de música que atendesse crianças e adolescentes da região, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade assistidos pela vara.

Coube a Vara da Infância intermediar junto à Prefeitura a doação do terreno para a construção, bem como o compromisso de gerir a escola. “O procurador do Trabalho só topou a parceria porque a vara intermediou”, garantiu o magistrado. Ficou ainda assegurada à Vara da Infância, responsável pelo acompanhamento do conservatório, a prerrogativa de indicar crianças e adolescentes para estudar na escola.

Conquista - Para Delvan Tavares, a construção do conservatório é a maior conquista da Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz. De modo a viabilizar corpo técnico para o conservatório, o magistrado diz que a Vara da Infância já está em busca de outras parcerias, a exemplo da Banda de Música do Exército. “Vamos procurar órgãos onde haja músicos”, adiantou o magistrado.

Assunto: Pai suspeito de abusar sexualmente da filha é preso no Agreste de PE

Fonte: Portal G1 PE

Data: 14/10/2015



Criança estava com sangramentos em escola de Santa Cruz do Capibaribe. Professora percebeu que a menina estava diferente e abuso foi relatado.

Um costureiro suspeito de abusar sexualmente da filha de cinco anos foi preso na terça-feira (13) em Santa Cruz do Capibaribe, Agreste de Pernambuco. De acordo com a Polícia Militar, a vítima foi para a escola passando mal e com sangramentos. A professora percebeu que a criança estava diferente e a chamou para conversar. A menina informou à docente que o pai teria feito isso com ela.

A Polícia Militar e o Conselho Tutelar foram acionados pela direção da escola. As equipes foram até a casa da criança e encontraram o suspeito. Ele foi encaminhado à delegacia, onde foi autuado em flagrante e será levado para um presídio da região, ainda segundo a PM.

Assunto: Programa Mãe Coruja ganha oficinas de empreendedorismo e acesso ao crédito

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 14/10/2015



Mulheres que participam do Programa Mãe Coruja Pernambucana começaram a receber treinamento para empreender e viabilizar seu próprio negócio, com oportunidade para acesso ao crédito produtivo.

A ação, que vai beneficiar inicialmente alunas de 13 municípios da Zona da Mata, Agreste e Sertão, é fruto de uma parceria entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação (Sempetq), a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (Agefepe) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Até dezembro, serão disponibilizadas 260 vagas em treze turmas de até vinte alunas, contendo oficinas de empreendedorismo, controle financeiro e vendas, com carga horária total de 12h. As aulas são ministradas pelo Sebrae, que também vai disponibilizar agente de registro de formalização.

A primeira capacitação foi iniciada nessa terça-feira (13), no município de Aliança, e contou com a presença do secretário da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação, Evandro Avelar. Durante o treinamento, além de noções sobre como empreender, as alunas terão orientações sobre uso do crédito e apresentação da linha de financiamento da Agefepe para Mulheres Empreendedoras, proveniente do Fundo para Fomento a Programas Especiais de Pernambuco (Fupespe).

O microcrédito poderá ser contratado a juros de 0,5% ao mês para pagamento em até 18 meses e é adequado para incentivo à produtividade, como a aquisição de ferramentas e equipamentos. “O Mãe Coruja é um programa vitorioso e a orientação do governador Paulo Câmara é atender a quem mais precisa. Estamos dando oportunidade para que essas mães possam buscar alternativas de geração de renda”, afirmou Avelar.

As turmas foram formadas a partir da identificação de mulheres egressas das oficinas de qualificação profissional do Mãe Coruja, que demonstraram perfil empreendedor. Na ação, serão contemplados municípios da Mata Norte (Aliança, Condado, Macaparana e Ferreiros),

Mata Sul (Xexéu, Amaraji, Quipapá e Maraial), Agreste (Bonito, Agrestina e Cumaru) e Sertão (Manari e Solidão).

O cronograma das oficinas se encerra em quatro de dezembro, no município de Maraial. A expectativa é que as capacitações cheguem ao restante dos 103 municípios atendidos pelo programa Mãe Coruja até o fim de 2016.

Assunto: EUA - mulher processa sobrinho de 8 anos por derrubá-la ao pular em seu colo

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 14/10/2015



Jennifer Connell, 54 anos, exigia uma indenização de 127 mil dólares por danos e prejuízos provocados pelo sobrinho.

Uma mulher residente em Nova York processou - sem sucesso - um sobrinho de oito anos que pulou no seu colo e a fez cair, provocando a quebra de seu punho, informou nesta terça-feira um tribunal de Connecticut, no nordeste dos Estados Unidos.

Jennifer Connell, 54 anos, exigia uma indenização de 127 mil dólares por danos e prejuízos provocados pelo sobrinho, que provocou o acidente no dia do seu aniversário, segundo a imprensa local.

Connell afirmava que seu ferimento "foi provocado por negligência e falta de atenção" do sobrinho, que correu e se atirou em seus braços para recebê-la em sua festa de aniversário.

"Um menino de 8 anos deveria saber que uma saudação enérgica deste tipo poderia provocar os danos e prejuízos sofridos" pela vítima, declarava a ação movida por Connell.

O acidente ocorreu no dia 18 de março de 2011, quando Connell foi a casa do sobrinho Sean Tarala, que comemorava seu aniversário em Westport, Connecticut.

A tia iniciou o processo em fevereiro de 2013, em um tribunal de Bridgeport, no mesmo estado, mas não obteve sucesso.

Assunto: Jovens usam humor e arte para transformar realidades em comunidades no Distrito Federal

Fonte: Diário de PE

Data: 14/10/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Moças e rapazes da periferia constroem uma identidade própria e preenchem lacunas muitas vezes deixadas pelos governos e pela sociedade



Naldo Lopes (de amarelo) e Rafael Melo, da fanpage Ceilândia Muita Treta: humor para falar das mazelas da cidade

O mundo cabe na quadra, mas não se limita a ela. É por meio da cidade em que vivem que jovens constroem identidades e praticam a cidadania. As iniciativas, muitas vezes despretensiosas, geram sutis revoluções. Com a energia típica da idade, eles transformam a comunidade e descobrem a força que têm para construir mudanças. São exemplos em que humor, dança e teatro despertam a consciência para os direitos negados e os serviços não prestados pelos governos. Os resultados tornam a diversão uma mobilização, que envolve os moradores da área.

O humor foi a ferramenta para Naldo Lopes, 28 anos, Rafael Melo, 25, e Michel Israel, 27, batalharem por mais atenção para Ceilândia. Os três costumavam abordar, nas páginas pessoais no Facebook, os problemas cotidianos da cidade. “O pessoal começou a achar engraçado. A gente falava de lixo, buracos e enchentes, sempre de um jeito divertido”, conta Naldo. As fotomontagens e os vídeos repercutiram. “Depois que a gente divulgava o problema, em uma semana, alguém da administração vinha aqui e resolvia”, lembra o rapaz.

O impacto dos posts deu origem, em 2012, à fanpage Ceilândia Muita Treta. A escolha do nome se deveu à reação que os rapazes presenciavam sempre que diziam ser de Ceilândia. “Quando chegamos ao Plano Piloto e dizemos de onde a gente vem, algumas pessoas já se espantam”, comenta Naldo. Hoje, as quase 45 mil curtidas comprovam que a brincadeira virou coisa séria. Por meio da divulgação de problemas que, segundo eles, passam a maior parte do tempo escondidos, eles conseguiram atingir um público engajado e interessado. O sonho desses jovens parece simples, mas representa emancipação e conquista de direitos. “As pessoas olham para as periferias do jeito errado. Nosso objetivo é conseguir ser a voz de Ceilândia. As nossas postagens têm alcance. Querendo ou não, o assunto vai chegar às autoridades”, enaltece Naldo.

Na Cidade Estrutural, a arte faz florescer a consciência dos direitos em crianças de 6 a 12 anos. Alunos do curso integral do Centro de Ensino Fundamental 2 encenam peças, cantam e dançam no contraturno das aulas regulares. A experiência trouxe uma mudança significativa de comportamento dos estudantes. “Não converso mais nas aulas, porque aprendi que, no teatro, eu tenho todo o tempo para falar”, explica Victor Gabriel de Araújo Soares, 9 anos. É com profundidade que o garoto explica como aplica o que aprendeu. “Eu entro no espírito do personagem. Para quem tem vontade, não é difícil”, garante.

Assunto: Operação da PF deixa quase 4 mil alunos sem aulas no Complexo da Maré

Fonte: Diário de PE

Data: 14/10/2015



A Operação Boca de Lobo, da Polícia Federal (PF), teve o apoio dos batalhões de Operações Especiais (Bope) e de Choque da Polícia Militar

Por causa de uma operação policial para cumprir dois mandados de prisão de suspeitos de assaltos a agências da Caixa, quase 4 mil alunos das redes públicas de Educação do estado e do município do Rio ficaram sem aulas na terça-feira em escolas da região do Complexo da Maré, na zona norte da capital fluminense. A medida foi para garantir a segurança das crianças e dos adolescentes. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, as aulas serão repostas oportunamente.

A Operação Boca de Lobo, da Polícia Federal (PF), teve o apoio dos batalhões de Operações Especiais (Bope) e de Choque da Polícia Militar. Durante a ação, na Favela Parque União, para prender os dois suspeitos, que não tiveram os nomes divulgados, uma pessoa morreu em confronto com policiais do Bope. As armas dos militares foram apreendidas e passarão por perícia técnica. O titular da Divisão de Homicídios, delegado Rivaldo Barbosa, acompanhou o trabalho da perícia no local do homicídio.

A ação policial foi um desdobramento da prisão de outro suspeito ocorrida na segunda pela PF na Praia de Jaconé, em Maricá, região metropolitana do Rio. Os policiais tinham contra ele quatro mandados de prisão por vários assaltos. A quadrilha é responsável por nove roubos a agências da Caixa. De acordo com as investigações, o grupo é da Favela Parque União, no Complexo da Maré.

Assunto: Sem perspectivas, juventude palestina se lança na violência

Fonte: Diário de PE

Data: 14/10/2015

DIÁRIOde
PERNAMBUCO

Ramallah (AFP) - Os jovens palestinos que protagonizam confrontos, ataques a faca e cortejos fúnebres em sua luta contra os israelenses pertencem a uma geração que tem como horizonte o muro da Cisjordânia, e de Israel conhecem apenas seus soldados e colonos.

Os adultos mais velhos lamentam que seja uma geração ausente dos movimentos políticos tradicionais e que ignora a História, as grandes personalidades e as palavras de ordem que aglutinaram as gerações precedentes.



Manifestante palestino enfrenta forças de segurança de Israel na fronteira com a Faixa de Gaza

Dos mais velhos, lembram das pedras da primeira Intifada, em 1987, e de alguns símbolos como a mesquita de Al Aqsa, que só veem em reproduções de papelão durante os desfiles. De Jerusalém também sabem de ouvir falar, pois nunca viram a cidade, impossibilitados de passar pelos postos controlados por Israel.

Nas redes sociais transmitem palavras de ordem políticas e circulam fotos dos "mártires", com mensagens para incentivá-los.

A última tendência é sorrir para as câmeras quando são detidos, um comportamento que tem provocado a indignação de Israel.

Dois terços da população tem menos de 30 anos, muito abaixo da média de idade dos políticos, uma distância que faz com que esta geração não tema gritar slogans contra o presidente da Autoridade Palestina, a quem criticam por sua cooperação com Israel no tema da segurança.

Dos autores dos ataques a faca dos últimos dias, muito poucos superam os 25 anos.

Do outro lado da cerca

"Quando os colonos chegam, não há necessidade de pegar alto-falantes para reunir a população", conta um morador do campo de refugiados de Jalazune, perto de Ramallah, que prefere não se identificar.

"Os jovens saem por conta própria, nós não enviamos nossas crianças para enfrentar soldados, eles saem sozinhos porque viveram toda a vida sob a ameaça dos colonos e dos soldados", explica.

Esta geração, que cresceu com as redes sociais e as emissoras de TV que difundem notícias como a Primavera Árabe e as três guerras de Gaza, parece não ter nada a perder.

Ahmed Charake, de 13 anos, foi morto há dois dias quando atirava pedras em soldados israelenses.

Farès, um de seus colegas de turma, também nasceu no campo de Jalazune. Para ele, seu único desejo é "morrer como um mártir", como fez Ahmed.

"Para que ir à escola, arrumar um trabalho e casar?", questiona. Estas perspectivas o fazem rir. Ele conta que entra e sai quando quer do colégio e diz que sua professora já perdeu as esperanças com ele.

Todas as tardes, desloca-se até o posto de controle de Bet El, perto de Ramallah para atirar pedras nos soldados israelenses, que respondem com tiros, enquanto guardam a colônia, situada do outro lado da cerca.

"Nesta rua, as crianças têm uma vida boa, enquanto do nosso lado, só há pobreza. Nem mesmo temos que contar aos nossos filhos a história da Palestina, eles mesmos vêm a injustiça", explica Mohamed, um pai de família de 30 anos.

Ahmed, Farès e outros nasceram depois dos acordos de Oslo, que deveriam ter aberto a porta para a criação de um Estado palestino nos anos 2000. Este nunca viu a luz e a colonização israelense foi avançando na Cisjordânia.

"Não estamos de acordo"

Para os jovens, a diplomacia não parece ter dado frutos.

"Vamos continuar atirando pedras nos soldados. A Autoridade Palestina vai tentar nos deter porque eles preferem as negociações, mas nós vamos dizer 'não'. Temos que mostrar que não estamos de acordo", diz à AFP um jovem de 18 anos enquanto atira pedras nos soldados, com o rosto coberto por um tradicional lenço palestino.

Em Jerusalém, a coexistência, que quase não acontece, se tornou um conflito aberto no qual cada um tem medo de ser apunhalado pelo vizinho.

Os postos de controle e as restrições levaram embora as chances de trabalhar em Israel, como fizeram muitas gerações anteriores. Estas gerações aprenderam a falar hebraico e acompanhavam a mídia israelense. Apesar de terem acreditado nos partidos tradicionais, hoje se sentem "enfasiados".

"Falamos, falamos e falamos, mas agora estou farto", conta à AFP um homem de 60 anos, enquanto vê passar com assombro um grupo de menores vestidos como combatentes, que se dirigiam ao funeral de outro rapaz.

Assunto: ONG norte-americana suspende reembolsos por doação de tecidos de fetos abortados

Fonte: Diário de PE

Data: 14/10/2015

DIÁRIO de
PERNAMBUCO



Sede da ONG Planned Parenthood, em Nova York, no dia 5 de agosto de 2015

Washington (AFP) - Buscando encerrar um escândalo sobre suposto tráfico de tecido fetal abortado, a organização não-governamental norte-americana dedicada à saúde reprodutiva Planned Parenthood disse nesta terça-feira que não aceitará mais reembolsos pelos custos das doações.

A medida destina-se a desmentir o que o grupo chama de "falso argumento" de críticos que atacam a Planned Parenthood pela prática.

O debate explodiu no início deste ano, quando ativistas anti-aborto liberaram vídeos secretamente gravados que mostram funcionários da organização discutindo uso de tecido fetal abortado para investigação médica.

Os críticos conservadores, muitos dos quais buscam proibir o aborto nos Estados Unidos, acusam a organização de venda de órgãos fetais e partes do corpo com fins lucrativos, e de encorajar as mulheres a praticarem abortos, a fim de expandir essas operações.

A Planned Parenthood nega veementemente as alegações.

"Nos últimos dois meses, os opositores ao aborto legal e seguro lançaram falsas alegações sobre o nosso papel na doação do tecido fetal para poder avançar sua agenda política radical", afirmou em comunicado Cecile Richards, presidente da Planned Parenthood.

"Hoje, estamos afastando essa cortina de fumaça para longe".

Richards explicou que cada um dos centros de saúde do grupo que realiza a doação de tecidos após um aborto para investigação médica vai adotar uma política de "não aceitar reembolso pelas despesas".

A Planned Parenthood, organização não-governamental que recebe dinheiro do governo federal, é o maior realizador de abortos dos Estados Unidos, tornando-a um alvo fácil de grupos que tentam derrubar a decisão de 1973 da Suprema Corte do país que legalizou a interrupção voluntária de gravidez.

A ONG tem estado sob constante ataque dos republicanos no Congresso, alguns dos quais sob o argumento de que o governo não deveria estar pagando por abortos.

Os recursos federais são impedidos por lei de serem usados em qualquer tipo de aborto, exceto em circunstâncias muito específicas, como quando a mãe foi vítima de estupro.

Os ativistas que divulgaram as imagens editadas de horas de gravações acusam os funcionários de discutirem uma mudança de protocolo para manter certos órgãos intactos, o que seria ilegal.

Assunto: Irmãos adolescentes envolvidos com drogas assassinados em Escada

Fonte: Diário de PE

Data: 14/10/2015



Ouvi nas últimas horas, por mais de uma vez, a mesma explicação para os assassinatos de José Mateus da Silva, 15, e José Vítor da Silva, 16: Os irmãos estariam envolvidos com droga. O que me incomodou não foi a frase em si, mas o tom. As palavras eram quase sempre ditas para justificar as mortes dos dois em um período de oito dias na Mata Sul. Essa naturalização é o caminho para um cadafalso. Se aceitamos o amarrar de uma corda no pescoço de adolescentes desconhecidos ou conhecidos distantes, por suspeita de envolvimento em tráfico, consumo de drogas ou crimes de menor potencialidade, amanhã poderemos ser vítimas ou ter um dos nossos vítimas daquilo que condenamos. O mundo das infrações e dos crimes nos cerca em uma velocidade desnorteadora. Era assim nas grandes cidades e é agora nas pequenas e médias cidades, a exemplo de Escada, onde os dois Josés tiveram o fim da vida decretado por alguém que pouco se importou com a dor dos pais. O sofrimento da mãe comove quem a conhece. É a dor de quem perdeu filhos ainda “meninos” e de forma cruel. O corpo de Vítor foi encontrado, com tiros de arma de grosso calibre, próximo à Barragem do Engenho Sapucaji no dia anterior ao da padroeira do Brasil. Na quarta-feira, resgataram o corpo de Mateus parcialmente enterrado no Engenho Criméia. Pelo corpo, sinais de tortura à faca nos braços e dedos, cortados. Quem viu a cena foge do lugar comum da condenação. Não é daquela forma que se resgata adolescentes de um suposto mundo das drogas.

Desprotegidos

Passageiros do ônibus 010, da empresa Borborema, arregalam os olhos diante do sistema elevatório para as cadeiras de rodas. O motor do sistema está sem capa de proteção, o que é um risco para choques elétricos.

Perigo no ar

Bastam feriados e fins de semana se aproximar para as pipas aparecerem nas praias do Recife. Os vendedores dos brinquedos fazem a festa da criançada. A última segunda-feira foi um bom exemplo. Nenhum fiscal ou órgão público apareceu no Pina e em Boa Viagem para alertar para os riscos dos acidentes.

Bom depósito...

Sem projeto de urbanização, os canteiros do entorno da área do Viaduto Capitão Temudo de acesso à Rua Imperial, em São José, estão sendo ocupados por restos de construção e servindo de depósito de carros velhos. É um lugar ideal para oficinas mecânicas e para quem não quer alugar papa-metralha.

...No Capitão Temudo

Coisa parecida ocorre na alça do Capitão Temudo de acesso à Ponte Governador Paulo Guerra, elo entre os bairros do Cabanga e do Pina. O vão sob a alça está sendo muito bem usado como estacionamento para moradores e trabalhadores de empresas da área e até por barracas do lanche.

...Na Via Mangue

Não foge à regra a alça da Via Mangue, em Boa Viagem, que ainda será aberta ao tráfego para o sentido Pina. O espaço embaixo da alça convida condutores a protegerem seus carros, motos, bicicletas e máquinas pesadas do sol e da chuva. Nada mais justo do que aproveitar o subutilizado.

Assunto: Em Santa Catarina, adolescente terá mãe, pai e padrasto na certidão de nascimento

Fonte: IBDFAM

Data: 14/10/2015



A Justiça Catarinense reconheceu o direito de um adolescente de ter os nomes dos pais biológicos e do padrasto em sua certidão de nascimento. A "ação de dupla filiação paterna" foi ajuizada em 2014 pelos genitores, em nome do filho, e pelo padrasto, que é casado com a mãe do rapaz há cinco anos e com quem o adolescente tem relacionamento como pai, devido à boa relação que possui com ele há anos.

Todos foram ouvidos em audiência e concordaram com a solução. O genitor, inclusive, afirmou que o filho possui vínculo suficiente com seu padrasto para o reconhecimento da relação socioafetiva e acrescentou que tem um bom relacionamento com seu filho e com os demais.

De acordo com a decisão, o sistema legal vigente especifica que o seio familiar é composto por pai, mãe e descendentes. No entanto, o Direito precisa avançar para se adaptar aos novos anseios sociais.

"Em tempos em que há uma conjugação de esforços de toda a sociedade contra a alienação parental, pedidos de multiparentalidade para quem possui dois pais ou duas mães merecem o devido acolhimento pelo Poder Judiciário. A coexistência do vínculo biológico e do afetivo bem evidencia que os envolvidos transcenderam a um nível de espiritualidade e alteridade ímpar, em que o descendente é tratado como sujeito de direitos. Não seria razoável que o filho tivesse que escolher entre a paternidade biológica ou afetiva, quando os dois pais ocupam tal função, de forma meritória, em sua vida".

Para o desembargador Raduan Miguel Filho, presidente do IBDFAM/RO, a decisão representa o reconhecimento do Judiciário à evolução das relações sociais, familiares e afetivas para além das definições legais. "Mudando-se paradigmas de que podemos ter apenas um pai e uma mãe, o reconhecimento da concomitância de parentescos em linha ascendente, e de mesmo grau, representa mais um grande avanço no Direito de Família", diz.

Segundo ele, percebe-se que o Poder Judiciário está atento às transformações sociais, e "o reconhecimento judicial da multiparentalidade certamente servirá de 'mola propulsora' para um processo legislativo de reconhecimento dessa situação fático/jurídica", diz.

Raduan explica que o parentesco concomitante, consequência da multiparentalidade, traz ao beneficiário o efeito jurídico da "concomitância de direitos", ou seja, direito de postular alimentos de ambos os pais ou ambas as mães, e uso do patronímico familiar de todos os pais, divisão do poder parental, e, principalmente, direitos no plano sucessório.

“É claro que se o legislador não buscar disciplinar o assunto com maior rapidez, caberá à função jurisdicional resolver questões que hoje possam nos parecer absurdas ou complexas. Penso que, mais uma vez, a responsabilidade do Judiciário é chamada à prova no apaziguamento e solução de conflitos sociais que se apresentar, disciplinando e limitando efeitos advindos do reconhecimento de concomitância de parentesco”, diz.

Assunto: Estado adere à campanha para prevenir o desaparecimento de crianças e adolescentes

Fonte: Governo de Estado de PE

Data: 14/10/2015



Depois de ter a fachada iluminada de amarelo, verde e rosa, respectivamente, em apoio às campanhas de combate ao suicídio, incentivo à doação de órgãos e prevenção do câncer de mama, o Palácio do Campo das Princesas se “vestiu” de laranja para apoiar a Campanha Nacional Crianças Desaparecidas. A solenidade que marcou a adesão do Governo do Estado aconteceu na noite desta terça-feira (13), e contou com a presença da primeira-dama de Pernambuco, Ana Luiza Câmara, e do vice-governador Raul Henry.

Escolhida por representar entusiasmo, determinação e encorajamento, a cor laranja simboliza o compromisso de todos com a causa. A sede do Executivo estadual segue iluminada até o próximo domingo (18). A ação, uma iniciativa do Conselho Federal de Medicina (CFM), com apoio do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe), tem por objetivo chamar a atenção sobre os números alarmantes - em média, são registrados 50 mil casos de desaparecimento de crianças e adolescentes por ano, e estima-se que quase 250 mil ainda estejam desaparecidas.

“É uma mobilização importante para tentarmos, nessas 48 horas que são vitais, resgatar essas crianças que desapareceram. O Governo do Estado não podia ficar de fora dessa campanha. Vamos empenhar todos os esforços, nos engajar e fazer a diferença nessas questões”, destacou Ana Luiza Câmara.

Sob a regência da professora Célia Oliveira, o Coro Infantil do Conservatório Pernambucano de Música encantou os presentes com uma apresentação. No repertório, clássicos como “Minha Ciranda”, de autoria de Capiba; “Sabiá”, de Luiz Gonzaga; e “Recife Manhã de Sol”, de Jota Michiles.

A solenidade também contou com a presença do presidente do Cremepe, Silvio Rodrigues, da primeira-dama do Recife, Cristina Mello, do vice-prefeito da cidade, Luciano Siqueira, dos deputados estaduais Waldemar Borges e Ângelo Ferreira, e do secretário estadual da Casa Civil, Antônio Figueira, entre outras autoridades.